

**PEDIDO DE COMPRA: 000141 / 2026****EMIÇÃO: 28/04/2026****SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - SEMAG**

Objetivo: LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. Recurso proveniente do Convênio Nº 917024/2021, Processo Nº 21000.082044/2021-52, Plataforma+ Brasil Nº 33346/2021 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Justificativa: ADQUIRIR NOVOS EQUIPAMENTOS QUE IRÃO AGREGAR A PATRULHA AGRÍCOLA PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ GONZAGA/RS E DISPONIBILIZADOS ÀS COMUNIDADES BENEFICIADAS, POSSIBILITANDO A ASSISTÊNCIA TÉCNICA JUNTO AOS AGRICULTORES E A MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA DE ÁREAS RURAIS, AUMENTANDO A ÁREA DE PRODUÇÃO E A PRODUTIVIDADE NAS PROPRIEDADES. OS EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS IRÃO INTEGRAR-SE COM EQUIPAMENTOS QUE JÁ FORAM ADQUIRIDOS ATRAVÉS DE CONTRATO DE REPASSE COM O MAPA.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Município de São Luiz Gonzaga vem enfrentando, de forma contínua, crescentes demandas por serviços de mecanização agrícola junto às comunidades rurais, especialmente no atendimento a pequenos e médios produtores, cujas atividades dependem diretamente do apoio público para a preparação do solo, manejo de áreas produtivas, recuperação de pastagens e incremento da produção agropecuária.

Ressalta-se que já houve tentativa anterior de atendimento à necessidade por meio de contratação, com a formalização dos seguintes instrumentos: Termo de Contrato R.SEMAD nº 574/2023, suspenso através do Termo de Aditamento nº 784/2023; Termo de Contrato R.SEMAD nº 575/2023, suspenso através do Termo de Aditamento nº 785/2023; Termo de Contrato R.SEMAD nº 576/2023, suspenso através do Termo de Aditamento nº 786/2023; e Termo de Contrato R.SEMAD nº 577/2023, suspenso através do Termo de Aditamento nº 787/2023. Posteriormente, foram realizadas as devidas extinções contratuais, tornando-se necessária a realização de nova licitação para a aquisição dos itens pretendidos.

A Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural atua por meio da patrulha agrícola municipal, disponibilizando máquinas e implementos para uso compartilhado nas propriedades rurais, como instrumento fundamental de política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar, à permanência do produtor no campo e ao desenvolvimento econômico do meio rural. Contudo, a estrutura atualmente disponível mostra-se insuficiente para atender de forma integral e eficiente a totalidade das demandas apresentadas, tanto em razão do aumento do número de solicitações quanto do desgaste natural dos equipamentos existentes.

Além do uso contínuo ao longo dos anos, parte dos equipamentos que compõem a patrulha agrícola municipal apresenta defasagem operacional, limitações técnicas ou capacidade reduzida de atendimento simultâneo às comunidades, ocasionando atrasos na execução dos serviços e restrições no alcance das ações da Secretaria. Tal cenário compromete a eficiência do atendimento aos produtores rurais e dificulta a ampliação das áreas mecanizadas no município.

Diante dessa realidade, torna-se necessária a aquisição de novos equipamentos agrícolas, com o objetivo de ampliar, modernizar e complementar a patrulha agrícola municipal, garantindo maior capacidade operacional, melhor distribuição dos serviços entre as comunidades beneficiadas e maior eficiência na execução das atividades de mecanização agrícola.

A presente contratação atende, de forma direta, ao objeto do Convênio nº 917024/2021, firmado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, cujo propósito é o fortalecimento da infraestrutura agrícola municipal por meio da aquisição de patrulha agrícola mecanizada. Os equipamentos a serem adquiridos integrar-se-ão à estrutura já existente, composta por bens anteriormente adquiridos por meio de contrato de repasse com o MAPA, promovendo a complementariedade dos recursos, a otimização do investimento público e a continuidade das ações de apoio à produção rural.

A disponibilização de uma patrulha agrícola mais completa e eficiente permitirá aumentar a área de produção mecanizada, melhorar a produtividade das propriedades rurais, reduzir custos operacionais dos produtores e ampliar o alcance da assistência técnica prestada pelo Município, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento sustentável do setor agrícola local.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade da presente contratação, que se mostra essencial para assegurar o atendimento adequado às comunidades rurais, fortalecer a agricultura familiar e cumprir as finalidades estabelecidas no convênio firmado, em consonância com o interesse público e com as diretrizes das políticas públicas de desenvolvimento rural.



ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de São Luiz Gonzaga, conforme os itens: "13832 - DISTRIBUIDOR AGRÍCOLA"; "13833 - ENFARDADEIRA"; "8691 - PLANTADEIRA HIDRÁULICA"; "6060 - G ARADORA", estando assim alinhada com o planejamento desta Administração.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O objeto possui natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1. PECULIARIDADES DO OBJETO:

As especificações abaixo estabelecem requisitos mínimos, admitindo-se produtos equivalentes ou superiores, desde que atendam integralmente às características técnicas e funcionais descritas.

1.1. CARACTERÍSTICAS:

ITEM 01: DISTRIBUIDOR AGRÍCOLA. COM AGITADOR, RESERVATÓRIO EM POLIETILENO, DISCO DE DISTRIBUIÇÃO COM NO MÍNIMO DE 3 PALHETAS, CAPACIDADE DE NO MÍNIMO DE 600 KG.

ITEM 02: ENFARDADEIRA. ENFARDADEIRA COM CARDAM COM EMBREAGEM, BRAÇO ALIMENTADOR, COMPRIMENTO INTERNO PARA ARMAZENAMENTO DE FIO, DIMENSÃO DO FARDO APROXIMADO DE NO MÍNIMO 20 CM, RODA COPIADORA PARA TERRENOS IRREGULARES.

ITEM 03: PLANTADEIRA HIDRAULICA. PLANTADEIRA/SEMEADORA, COM DISTRIBUIDOR PNEUMÁTICO, DOSADOR DE ADUBO, LINHA PANTOGRÁFICA COM ROLAMENTOS, COM NO MÍNIMO 07 LINHAS, COM RODA LIMITADORA COM REGULAGEM.

ITEM 04: GRADE ARADORA. NOVA, CONTROLE REMOTO, COM 18 DISCOS DENTADOS DE 26"X6MM, LARGURA DE CORTE DE 2,4 METROS, COM PESO MÍNIMO DE 2.000KG, ESPAÇAMENTO DE 270MM, 8 MANCAIS À ÓLEO DUPLA VEDAÇÃO, COM 04 EIXOS COM CALÇO DO PISTÃO PARA TRANSPORTE, REGULAGEM DE ABERTURA ATRAVÉS DOS CALÇÕES DE PROFUNDIDADE, MOLA DE ARTICULAÇÃO NO CABEÇALHO, PNEUS 750X16 - 10 LONAS, COM GARANTIA DE 12 MESES.

A aquisição dos equipamentos, da qual trata a presente Licitação, deverá ser prestada da seguinte forma:

2. PRAZO, FORMA E LOCAIS DE ENTREGA:

2.1. Após a homologação do certame, será formalizado o competente instrumento contratual com a empresa vencedora. Após a assinatura do contrato, o Setor Administrativo da SEMAG emitirá e encaminhará à contratada a **Autorização de Fornecimento**, acompanhada da respectiva **Nota de Empenho**, quando aplicável.

2.2 O fornecimento do objeto contratado deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante justificativa formal da contratada e aceitação expressa do contratante.

2.3. A entrega deverá ocorrer na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Venâncio Aires, nº 2438, Bairro Centro - São Luiz Gonzaga, RS, CEP 97.800-000, **SEM QUAISQUER CUSTOS PARA O MUNICÍPIO**, incluindo frete, seguros, taxas, tributos e demais despesas necessárias ao cumprimento da obrigação.

2.3.1. A Contratada deverá comunicar formalmente ao Contratante eventual impossibilidade de cumprimento do prazo de entrega, apresentando justificativa e proposta de cronograma, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, ficando a prorrogação condicionada à análise e aceitação do Contratante.

2.4. O recebimento do objeto **NÃO EXCLUI A RESPONSABILIDADE DO LICITANTE CONTRATADO** quanto aos vícios ocultos ou defeitos que se manifestem durante a utilização normal do bem, aplicando-se, no que couber, as disposições legais pertinentes.

2.5. Por ocasião da entrega, caso seja verificado que os produtos não atendem às especificações exigidas, poderá a Administração rejeitá-los, no todo ou em parte, obrigando-se a contratada a promover a substituição do bem não aceito no prazo de **15 (quinze) dias** contados de sua notificação.

2.6. Os itens deverão ser adequadamente acondicionados, de forma a garantir sua integridade e segurança durante o transporte, responsabilizando-se a contratada por quaisquer danos decorrentes de embalagem inadequada.

2.7. A Nota Fiscal deverá ser entregue juntamente com o objeto, observadas as exigências fiscais aplicáveis.

2.8. A empresa contratada deverá no tocante ao fornecimento e entrega do item objeto deste Certame, OBEDECER



rigorosamente todas as disposições legais pertinentes.

2.9. O objeto do presente contrato será recebido:

2.9.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

2.9.2. Definitivamente, por servidor (GESTOR) ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado, após verificação do atendimento integral às exigências contratuais.

3. PAGAMENTO:

3.1. O pagamento fica condicionado à efetiva liberação dos recursos financeiros pelo órgão concedente/conveniente, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade por atrasos decorrentes da não liberação dos referidos recursos.

3.2. Os pagamentos serão efetuados em **até 30 (trinta) dias úteis** contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, após o recebimento definitivo do objeto, devendo constar no documento fiscal, ou acompanhá-lo, o atestado de recebimento devidamente assinado pelo fiscal do contrato.

3.3. O documento fiscal deverá ser emitido pelo estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

3.4. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, quando aplicáveis.

4. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

4.1. São obrigações do CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

c) Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

e) Efetuar o devido pagamento à Contratada, na forma e nos prazos estabelecidos neste contrato.

f) Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.1.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, contado do protocolo do requerimento, para decidir, admitida prorrogação motivada, por igual período.

4.1.2. O Contratante deverá responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 01 (um) mês, observado o disposto na Lei nº 14.133/2021.

4.2. São obrigações da CONTRATADA:

a) Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos previstos no edital e neste contrato e em sua proposta, assumindo integralmente e exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução;

b) Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

c) Responsabilizar-se pelos vícios e defeitos do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

e) Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, os bens entregues em desacordo com o pactuado;

f) Atender às determinações do fiscal ou gestor do contrato ou da autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

g) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

h) Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, quando aplicáveis;

i) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021.

j) Executar o contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo autorização expressa do Contratante.

5. SANÇÕES:

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.



Constituem infrações administrativas, dentre outras previstas em lei:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Em razão das infrações administrativas, poderão ser aplicadas, observada a gravidade da infração, a extensão do dano causado, a reincidência e demais circunstâncias relevantes, as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa, na forma prevista no edital e no contrato;
- III. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo legal;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

6. EXTINÇÃO

- 6.1. O contrato será extinto quando cumpridas integralmente as obrigações assumidas por ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo final de vigência.
- 6.2. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, inclusive por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 6.2.1. Nas hipóteses de extinção contratual, aplicam-se, no que couber, os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3. A extinção do contrato não constitui óbice ao reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível, na hipótese em que será devida indenização, mediante termo indenizatório, nos termos do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

7. HABILITAÇÕES

Os licitantes deverão apresentar os documentos de habilitação, na forma do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as seguintes disposições:

7.1. Habilitação Jurídica:

- a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;
- d) Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, bem como com o Município de São Luiz Gonzaga/RS, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional - CTN, ou outra equivalente, na



forma da lei;

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

d) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

e) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, referente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, a ser realizada diretamente no sistema eletrônico quando do envio da proposta.

7.3. Habilitação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para sua apresentação, quando não houver prazo de validade expresso no documento.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

OS QUANTITATIVOS ESTIMADOS PARA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA ATENDEM O DISPOSTO E ACORDADO JUNTO AO CONVÊNIO Nº 917024/2021, PELO QUAL ESTÁ APROVADO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA, DE ACORDO COM A PROPOSTA ENCAMINHADA PELO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRIÇÃO:

Assim sendo, segue o cálculo das quantidades:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO
01	01 unidade	DISTRIBUIDOR AGRÍCOLA COM AGITADOR, RESERVATÓRIO EM POLIETILENO, DISCO DE DISTRIBUIÇÃO COM NO MÍNIMO DE 3 PALHETAS, CAPACIDADE DE NO MÍNIMO DE 600 KG.
02	01 unidade	ENFARDADEIRA COM CARDAM COM EMBREAGEM, BRAÇO ALIMENTADOR, COMPRIMENTO INTERNO PARA ARMAZENAMENTO DE FIO, DIMENSÃO DO FARDO APROXIMADO DE NO MÍNIMO 20 CM, RODA COPIADORA PARA TERRENOS IRREGULARES.
03	01 unidade	PLANTADEIRA HIDRÁULICA/SEMEADORA, COM DISTRIBUIDOR PNEUMÁTICO, DOSADOR DE ADUBO, LINHA PANTOGRÁFICA COM ROLAMENTOS, COM NO MÍNIMO 07 LINHAS, COM RODA LIMITADORA COM REGULAGEM.
04	01 unidade	GRADE ARADORA. NOVA, CONTROLE REMOTO, COM 18 DISCOS DENTADOS DE 26"X6MM, LARGURA DE CORTE DE 2,4 METROS, COM PESO MÍNIMO DE 2.000KG, ESPAÇAMENTO DE 270MM, 8 MANCAIS À ÓLEO DUPLA VEDAÇÃO, COM 04 EIXOS COM CALÇO DO PISTÃO PARA TRANSPORTE, REGULAGEM DE ABERTURA ATRAVÉS DOS CALÇÕES DE PROFUNDIDADE, MOLA DE ARTICULAÇÃO NO CABEÇALHO, PNEUS 750X16 - 10 LONAS, COM GARANTIA DE 12 MESES.

ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a realização de um Pregão Eletrônico para a aquisição dos implementos agrícolas.

Tais referências foram obtidas por meio de pesquisas feitas para atender a demanda no TCE/RS, TCE/SC, TCE/PF LICITACON, PCP, PNCP e Sistema TAG, efetuadas com base no Decreto Municipal nº 6871 de 2022, que "Estabelece procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021".



Dentre as possíveis soluções para o atendimento da demanda, foram avaliadas as seguintes alternativas:

1. Aquisição direta dos implementos agrícolas (compra):

Trata-se da opção mais indicada e tecnicamente adequada, considerando a necessidade permanente e contínua do uso dos equipamentos pela Secretaria. A compra garante a disponibilidade imediata dos implementos, autonomia operacional e melhor aproveitamento dos recursos públicos ao longo do tempo, visto que o investimento inicial se dilui frente ao uso frequente e previsível dos equipamentos. Além disso, a aquisição possibilita maior controle sobre a manutenção, conservação e uso, reduzindo a dependência de fornecedores externos.

2. Locação de implementos agrícolas:

A hipótese de locação foi analisada, porém descartada por não apresentar vantajosidade econômica e operacional a longo prazo. Apesar de reduzir o investimento inicial, essa alternativa acarretaria custos recorrentes e contínuos ao erário, além de sujeitar o Município à disponibilidade de fornecedores e prazos de entrega, o que poderia comprometer a execução das atividades agrícolas em períodos críticos. Outro fator relevante é a limitação contratual, que geralmente restringe a personalização e adequação dos equipamentos às demandas específicas da Secretaria.

3. Cessão ou compartilhamento de equipamentos com outros órgãos públicos:

Também foi considerada a possibilidade de firmar parcerias com outras secretarias municipais ou entes públicos para o uso compartilhado dos implementos. Entretanto, essa alternativa se mostrou inviável diante da descentralização das atividades executadas pela Secretaria e da alta demanda por uso dos equipamentos em diferentes localidades e períodos do ano. O compartilhamento poderia resultar em indisponibilidade dos implementos quando mais necessários, afetando diretamente a prestação dos serviços e o atendimento ao produtor rural.

4. Contratação de serviços terceirizados:

Outra opção analisada seria a terceirização dos serviços agrícolas, mediante a contratação de empresas especializadas que já possuam os implementos necessários. Todavia, essa solução apresenta custo significativamente mais elevado no médio e longo prazo e não garante a mesma flexibilidade e autonomia operacional que a posse dos equipamentos. Além disso, a necessidade de execução contínua e sazonal das atividades inviabiliza depender exclusivamente da agenda e disponibilidade de terceiros.

Diante da análise comparativa das alternativas, a **aquisição dos implementos agrícolas** demonstra ser a alternativa mais eficiente, segura e vantajosa sob os aspectos técnico e econômico. Ela garante autonomia operacional, disponibilidade permanente dos equipamentos e maior controle sobre o uso e a manutenção, representando o melhor custo-benefício para a Administração Pública.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 330.660,67** (Trezentos e trinta mil, seiscentos e sessenta reais, sessenta e sete centavos).

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	DISTRIBUIDOR AGRÍCOLA. COM AGITADOR, RESERVATÓRIO EM POLIETILENO, DISCO DE DISTRIBUIÇÃO COM NO MÍNIMO DE 3 PALHETAS, CAPACIDADE DE NO MÍNIMO DE 600 KG.	R\$ 4.949,00	R\$ 4.949,00
02	01	ENFARDADEIRA. ENFARDADEIRA COM CARDAM COM EMBREAGEM, BRAÇO ALIMENTADOR, COMPRIMENTO INTERNO PARA ARMAZENAMENTO DE FIO, DIMENSÃO DO FARDO APROXIMADO DE NO MÍNIMO 20 CM, RODA COPIADORA PARA TERRENOS IRREGULARES.	R\$ 123.500,00	R\$ 123.500,00
03	01	PLANTADEIRA HIDRAULICA. PLANTADEIRA/SEMEADORA, COM DISTRIBUIDOR PNEUMÁTICO, DOSADOR DE ADUBO, LINHA PANTOGRÁFICA COM ROLAMENTOS, COM NO MÍNIMO 07 LINHAS, COM RODA LIMITADORA COM REGULAGEM.	R\$ 152.930,00	R\$ 152.930,00
04	01	GRADE ARADORA. NOVA, CONTROLE REMOTO, COM 18 DISCOS DENTADOS DE 26"X6MM, LARGURA DE CORTE DE 2,4 METROS, COM PESO MÍNIMO DE 2.000KG, ESPAÇAMENTO DE 270MM, 8 MANCAIS À ÓLEO DUPLA VEDAÇÃO, COM 04 EIXOS COM CALÇO DO PISTÃO PARA TRANSPORTE, REGULAGEM DE ABERTURA ATRAVÉS DOS CALÇÕES DE PROFUNDIDADE, MOLA DE ARTICULAÇÃO NO CABEÇALHO, PNEUS 750X16 - 10 LONAS, COM GARANTIA	R\$ 49.281,67	R\$ 49.281,67



		DE 12 MESES.		
TOTAL R\$ 330.660,67				

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 6871 de 2022, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

PESQUISAS DE PREÇOS REALIZADOS: LICITACON, PCP, PNCP e SISTEMA TAG

Parâmetros utilizados para obtenção de preço: busca de descritivo semelhante ao objeto a ser contratado; contratações com data máxima de um ano da data da pesquisa; análise crítica de todos os orçamentos encontrados de forma a extrair aqueles com valores semelhantes entre 03 (três) - no mínimo de forma que a diferença entre o maior nunca supere 75%.

A metodologia utilizada para a obtenção do preço estimado foi a média dos valores praticados pelo mercado para serviços semelhantes, com base no Art. 6º, §1º do Decreto Municipal Nº 6.871/2022. Justifica-se tal metodologia por ajudar a identificar ofertas razoáveis e alinhadas ao mercado, contribuindo assim para um processo mais justo, equilibrado e eficiente, tanto para a Administração Pública quanto para os fornecedores.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para atender à necessidade administrativa identificada consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico**, visando à aquisição, junto a empresa especializada, dos implementos agrícolas Distribuidor, Enfardadeira, Plantadeira Hidráulica e Grade Aradora, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência que integra este Estudo Técnico Preliminar.

A opção pela aquisição dos referidos equipamentos decorre da análise técnica e econômica realizada no item anterior, que concluiu pela inviabilidade das demais alternativas estudadas — como locação, cessão, compartilhamento de equipamentos e terceirização dos serviços —, notadamente em razão da necessidade de uso contínuo, permanente e descentralizado dos implementos no âmbito das atividades desempenhadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural – SEMAG.

Sob a ótica da eficiência administrativa e da economicidade, princípios consagrados no caput do art. 37 da Constituição Federal e no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, a aquisição direta apresenta-se como a alternativa que melhor atende ao interesse público, garantindo autonomia operacional, disponibilidade imediata dos equipamentos, previsibilidade de custos e maior controle sobre a manutenção e conservação dos bens patrimoniais. Tais fatores são essenciais para a continuidade dos serviços públicos voltados ao desenvolvimento rural, ao incentivo à agricultura familiar e ao suporte técnico-operacional prestado pelo Município às propriedades rurais.

Do ponto de vista econômico, a solução proposta também se mostra mais vantajosa, uma vez que o investimento inicial se dilui ao longo da vida útil dos equipamentos e do uso intensivo que será destinado a eles, resultando em redução de custos futuros e maior retorno social do investimento público. A alternativa também elimina riscos operacionais associados à dependência de terceiros, atrasos em cronogramas e indisponibilidade de equipamentos em períodos de alta demanda.

Cumprе destacar que a presente solução está em estrita conformidade com os objetivos do planejamento da contratação pública previstos no art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que determina a obrigatoriedade da elaboração do Estudo Técnico Preliminar como instrumento destinado à identificação da solução mais adequada e vantajosa ao atendimento da necessidade administrativa (art. 6º, inciso XXII, da Lei nº 14.133/2021).

Dessa forma, a solução proposta atende integralmente aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e supremacia do interesse público (art. 11 da Lei nº 14.133/2021), constituindo-se na alternativa mais adequada para a satisfação da necessidade administrativa identificada e garantindo o pleno atendimento das políticas públicas municipais voltadas ao setor agrícola.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

A empresa contratada deverá oferecer assistência técnica e manutenção durante o período de garantia, em oficina credenciada localizada a uma distância não superior a 350 (trezentos e cinquenta) km do município de São Luiz Gonzaga. Considerando que os implementos agrícolas serão utilizados de forma contínua e intensa nas atividades da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural, sua manutenção periódica é essencial para assegurar o pleno funcionamento e evitar prejuízos às operações de campo. O deslocamento excessivo dos equipamentos até oficinas muito distantes ocasionaria custos adicionais



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ao município, além de gerar indisponibilidade prolongada dos implementos, o que impactaria diretamente a execução dos serviços junto às comunidades rurais. Assim sendo, faz-se necessário limitar a amplitude do deslocamento para a realização das revisões e manutenções de garantia, de modo a minimizar custos para a Administração Municipal.

A definição do limite de 350km foi estabelecida com base em critérios técnicos e operacionais, considerando o tempo de deslocamento dos equipamentos, os custos logísticos e a necessidade de rápida resposta em casos de manutenção corretiva ou preventiva. Essa distância é suficiente para abranger oficinas credenciadas em diversos municípios da região e de centros urbanos próximos, o que garante que **existem empresas especializadas dentro desse raio geográfico aptas a participar do processo licitatório e a prestar os serviços exigidos com eficiência e agilidade**. Dessa forma, o critério estabelecido não restringe a competitividade do certame e assegura condições adequadas para o atendimento às necessidades da Secretaria.

Ressalta-se que a menção às empresas abaixo tem caráter meramente exemplificativo e informativo, não configurando, em nenhuma hipótese, indicação, preferência, direcionamento ou limitação da futura contratação, tampouco exigência de marca, fornecedor específico ou localidade de sede da empresa licitante.

A referência às empresas decorre exclusivamente de levantamento de mercado prévio, realizado com a finalidade de demonstrar a existência de oferta suficiente de assistência técnica especializada dentro do raio geográfico estabelecido, atendendo ao princípio da motivação dos atos administrativos e à necessidade de comprovação de viabilidade técnica da exigência prevista.

Esclarece-se que não há exigência de que a empresa licitante possua sede, filial ou domicílio no raio de 350km do Município, sendo suficiente que disponha de oficina própria ou credenciada, apta a prestar os serviços de manutenção e assistência técnica durante o período de garantia, dentro da distância estipulada.

A exigência estabelecida visa exclusivamente assegurar a continuidade dos serviços públicos, a economicidade e a eficiência administrativa, não implicando restrição à competitividade do certame, uma vez que se verifica a existência de ampla rede de empresas aptas a atender a condição técnica estabelecida, conforme demonstrado no levantamento realizado.

A medida encontra respaldo nos princípios da eficiência, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público, previstos no art. 11 da Lei Nº 14.133/2021, bem como no dever da Administração de planejar contratações que assegurem a adequada execução do objeto e a continuidade do serviço público.

Considerações sobre a necessidade de proximidade na prestação de manutenção e assistência técnica dos implementos agrícolas:

- Considerando a existência de inúmeras empresas aptas a realizar serviços em distância máxima de 350km da sede do Município, não comprometendo o universo de concorrentes, apontando abaixo a existência de empresas aptas a realizarem o serviço:

ONE COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES AGRÍCOLAS LTDA – CNPJ: 40.705.184/0001-00 (LOCALIZ: RUA MANOEL BORGES, 270 – PASSO FUNDO/RS | DISTÂNCIA: 271 KM);

RL MECANICA PESADA LTDA-ME – CNPJ: 57820263/0001-64 (LOCALIZAÇÃO: RUA GENERAL PORTINHO, 2780 - LUIZ GONZAGA/RS);

REDEMAQ REAL DISTRIBUIDORA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA – CNPJ: 88.594.544/0001-70 (LOCALIZAÇÃO: DOS IMIGRANTES, 500 – SANTO ÂNGELO/RS | DISTÂNCIA: 78,5 KM);

ALVORADA SISTEMAS AGRICOLAS LTDA – CNPJ: 89.122.972/0006-77 (LOCALIZAÇÃO: RUA JOÃO MANOEL DE I SILVA, 234 – SÃO LUIZ GONZAGA/RS);

AGRO MAQUINAS E MECANICA AGRÍCOLA LTDA – CNPJ: 26.746.943/0001-51 (LOCALIZAÇÃO: RODOVIA BR 472, 1298 – SANTA ROSA/RS | DISTÂNCIA: 120 KM)

FORTISATO PECAS E IMPL. AGRIC. LTDA – CNPJ 91.882.563/0001-06 (LOCALIZAÇÃO: RUA SÃO JOÃO, 2580 – LUIZ GONZAGA/RS);

ALVORADA SISTEMAS AGRÍCOLAS LTDA – CNPJ: 89.122.972/0001-62 (LOCALIZAÇÃO: AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 1573 – SÃO BORJA/RS | DISTÂNCIA: 109 KM);

QUINES & CARDOSO LTDA – CNPJ: 12.797.649/0001-64 (LOCALIZAÇÃO: RUA SALVADOR PINHEIRO MACHADO, 1798 – SÃO LUIZ GONZAGA/RS).

- Considerando que a licitação não impõe restrição geográfica indevida, mas estabelece a condição de que a manutenção e



assistência técnica sejam realizadas de forma a atender à rápida demanda do Município;

- Considerando a natureza do serviço licitado, que envolve necessidade imediata do Município, não podendo este permanecer aguardando indefinidamente a disponibilização do prestador de serviços;
- Considerando que a execução de serviços de manutenção e assistência técnica a longas distâncias poderia comprometer a continuidade da prestação de serviços essenciais e, muitas vezes, urgentes, de extrema relevância ao interesse público;
- Considerando que a Administração depende do pleno funcionamento do maquinário para dar andamento às atividades agrícolas e de desenvolvimento rural;
- Considerando que os implementos agrícolas a serem adquiridos demandam operação contínua e adequada para garantir a eficiência dos serviços prestados pela patrulha agrícola municipal, faz-se necessária a disponibilidade de equipamentos que assegurem a continuidade das atividades habituais, tais como: preparo e correção do solo com a grade aradora; implantação e condução de lavouras por meio da plantadeira hidráulica; distribuição uniforme de insumos agrícolas, como fertilizantes e corretivos, com o distribuidor; bem como o recolhimento, compactação e acondicionamento de forragem com a enfardadeira, etapas essenciais ao ciclo produtivo nas propriedades rurais atendidas pelo Município;
- Considerando que a limitação geográfica exigida visa assegurar atendimento imediato e razoável, sem comprometer a competitividade do certame;
- Considerando que não se restringe a participação de interessados na licitação, mas sim que os serviços sejam prestados em localidade próxima o suficiente para não afetar a continuidade da prestação dos serviços públicos à coletividade do Município de São Luiz Gonzaga/RS.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 40, inciso V, alínea b, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 2º do mesmo art. 40 estabelece que deverão ser considerados a viabilidade da divisão do objeto em lotes, o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Em vista disto, o princípio do parcelamento deverá ser aplicado à presente contratação.

RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. A SEMAG indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) Elaboração de minuta do edital;
- b) Realização de certificação de disponibilidade orçamentária;



- c) Designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) Elaboração de minuta do contrato;
- e) Encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) Publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) Realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) Realização de empenho; e
- l) Assinatura e publicação do contrato.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo identificou a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para assegurar a plena eficiência e continuidade da execução do objeto proposto. Embora a aquisição dos implementos agrícolas seja suficiente para atender à demanda administrativa em si, a adequada operação e a manutenção de tais equipamentos dependem de serviços complementares de manutenção corretiva e preventiva.

Vale salientar que o Município já possui instrumento vigente que contempla essa necessidade: trata-se da Ata de Registro de Preços nº 01/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90003/2025, oriundo do Processo Administrativo nº 147/2025, a qual tem por objeto o registro de preços para prestação de serviços parcelados de manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, vans e mini-vans, ambulâncias, caminhões, micro-ônibus, maquinário pesado e implementos agrícolas do Município de São Luiz Gonzaga/RS, com fornecimento de peças de reposição e acessórios novos, originais ou similares de primeira linha (quando necessário).

Dessa forma, a execução da presente contratação será complementada pelo instrumento supracitado, que assegura o suporte técnico necessário à conservação e ao pleno funcionamento dos implementos agrícolas a serem adquiridos, garantindo maior durabilidade, segurança operacional e continuidade dos serviços públicos prestados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A aquisição e utilização dos implementos agrícolas objeto da presente contratação podem gerar impactos ambientais pontuais, os quais são considerados controláveis, de baixa a média magnitude e predominantemente positivos, desde que observadas as boas práticas operacionais e de manutenção.

Impactos Ambientais Positivos:

- Otimização do uso do solo agrícola, por meio do preparo adequado, reduzindo compactações indevidas e melhorando a eficiência produtiva das áreas cultivadas;
- Redução da necessidade de intervenções repetitivas, uma vez que a mecanização adequada diminui retrabalhos e o consumo excessivo de combustível;
- Aumento da eficiência no uso de insumos agrícolas, com distribuição mais uniforme de fertilizantes e sementes, reduzindo desperdícios e possíveis contaminações pontuais do solo;
- Melhoria no manejo de forragens, contribuindo para práticas mais sustentáveis na alimentação animal e na conservação de áreas produtivas;
- Fortalecimento da agricultura familiar, reduzindo a pressão por abertura de novas áreas e incentivando o uso racional das áreas já exploradas.

Impactos Ambientais Potencialmente Negativos:

- Emissão de gases poluentes decorrentes do uso de tratores e equipamentos motorizados;
- Geração de ruídos durante a operação dos equipamentos;
- Possível compactação do solo, caso os implementos sejam utilizados de forma inadequada;
- Geração de resíduos provenientes de manutenção (óleos lubrificantes, graxas, filtros e peças substituídas);
- Risco de vazamentos de óleo ou combustível, especialmente durante operações de manutenção.

Medidas de Mitigação e Controle:

- Utilização dos equipamentos conforme orientações técnicas dos fabricantes e boas práticas agrícolas;
- Realização de manutenção preventiva periódica, reduzindo emissões excessivas e riscos de vazamentos;
- Destinação ambientalmente adequada de resíduos gerados nas manutenções, conforme a legislação vigente;



-
- Capacitação dos operadores quanto ao uso correto dos implementos, evitando compactação excessiva do solo e desperdício de insumos;
 - Planejamento das operações agrícolas, respeitando condições climáticas e características do solo.

Avaliação Final do Impacto Ambiental:

- Considerando a natureza do objeto e as medidas de mitigação previstas, conclui-se que a contratação **não gera impactos ambientais significativos ou irreversíveis**, apresentando predominância de impactos positivos, alinhados às políticas de desenvolvimento rural sustentável e ao uso racional dos recursos naturais.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.